



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

A Medida final foi fixada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP na reunião de Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, realizada no dia 13 de Março de 2018.

Edite ERRA

Informação n.º 56 / DAPLEN / 2018

27 de fevereiro

Assunto: Projetos de resolução aprovados sobre o Arquivo Sonoro Nacional

Em analogia com o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com as devidas adaptações, e nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 8.º da Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de Fevereiro, junto se anexam os textos das resoluções a seguir identificadas, aprovadas na reunião plenária de 9 de fevereiro de 2018, para subsequente envio a S. Ex.ª a Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (12.ª):

- Projeto de Resolução n.º 673/XIII/2.ª (PSD) – “Recomenda ao Governo a salvaguarda do património sonoro, musical e radiofónico português”;
- Projeto de Resolução n.º 1302/XIII/3.ª (BE) – “Recomenda a criação e instalação de um Arquivo Sonoro Nacional”;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

- Projeto de Resolução n.º 1306/XIII/3.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a adoção de medidas conducentes à criação do Arquivo Sonoro Nacional”;
- Projeto de Resolução n.º 1309/XIII/3.ª (PEV) – “Recomenda ao Governo a salvaguarda e promoção do património sonoro através da criação de um Arquivo Sonoro Nacional”, e
- Projeto de Resolução n.º 1311/XIII/3.ª (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo a proteção dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português, através da criação de um Arquivo Sonoro Nacional”.

Nos textos de cada uma das Resoluções aprovadas foram incluídos a fórmula inicial, em conformidade com o previsto na lei formulário, e demais elementos formais, bem como algumas sugestões para aperfeiçoamento de redação, que se encontram devidamente assinaladas a amarelo para uma clara perceção.

Considerando que estamos perante textos sobre a mesma matéria, parece-nos justificar-se colocar à consideração da Comissão a possibilidade da junção destes projetos de resolução numa só resolução.

A questão da aprovação de resoluções sobre matérias idênticas foi já objeto de discussão quer na XIª, quer na XIIª Legislatura, designadamente na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares (súmula n.º 20 da XI Legislatura, de 21 de outubro de 2010) e na Conferência de Líderes (súmula n.º 14 da XII Legislatura, de 9 de novembro de 2011).

Na presente Legislatura, S. Ex.ª o Presidente da Assembleia, na Conferência de Presidentes de 19 de janeiro de 2016, deu conta da existência cada vez mais frequente de resoluções sobre a mesma matéria (algumas exatamente iguais e outras com partes contraditórias entre si) e publicadas no mesmo *Diário da República*, o que é incompreensível para quem as lê, sobretudo porque, uma vez publicadas, já não trazem a menção de serem iniciativas de um grupo parlamentar, sendo, sim, Resoluções da Assembleia da República. Nesse sentido, salientou a relevância de as Comissões serem sensibilizadas para a possibilidade de adotarem um único texto final e não vários idênticos sobre o mesmo tema. Lembrou ainda estar em causa a imagem do Parlamento. Em 5 de abril, p.p., novamente na Conferência de Presidentes, reiterou o que a este propósito já tinha referido, nessa sede e também na sessão plenária de 12 de fevereiro, “(...) *solicitando às Comissões que envidem esforços, sempre que possível, para fazer um único texto, embora compreenda que em alguns casos tal não seja possível por razões políticas. Considerou (...) a nova metodologia solicitada à Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN), para colaborar naquela solução, que passa por submeter às Comissões um texto que propõe a fusão de vários projetos de resolução semelhantes (quando tal se afigura possível), e, em alternativa, as correções formais a cada um desses projetos, para o caso de os GP optarem por manter todos os textos aprovados em separado, tinha provado dar resultados na medida em que se notara um aumento significativo de fusões.*”



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO
DIVISÃO DE APOIO AO PLENÁRIO

Nesse sentido e como referido, envia-se em anexo proposta de redação final dos projetos de resolução indicados, bem como proposta de fusão englobando todos os projetos e proposta de fusão para ponderação pela Comissão.

À consideração superior,

A assessora parlamentar,

Ana Vargas

